

POLÍTICA DE RATEIO E DIVISÃO DE ORDENS

RC GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

("Sociedade")

Objetivo: a presente Política tem por objetivo a formalização de critérios equitativos, preestabelecidos e passíveis de verificação, para o controle de rateio e divisão de ordens de compra e venda de valores mobiliários entre as carteiras dos fundos de investimento sob gestão.

Abrangência: as diretrizes estabelecidas neste documento devem ser observadas por todos os colaboradores envolvidos nas atividades atinentes à alocação dos ativos negociados nas carteiras sob gestão, bem como aqueles atuantes junto à área de gestão de riscos, aos quais compete a verificação do fiel cumprimento desta Política. Estão sujeitas às diretrizes desta Política todas as carteiras sob gestão da Sociedade, desde que sejam realizadas operações em lote elegíveis para aos respectivos portfólios.

Metodologia:

- 1) O agrupamento de ordens deve observar as características específicas de cada um dos fundos de investimento sob gestão, sendo separadas de acordo com as respectivas políticas de investimento e estratégias.
- 2) Para os fundos que seguem uma mesma estratégia, caso as ordens sejam emitidas via conta-mãe, o rateio / alocação será formalizado pela Equipe de Gestão por meio do envio, concomitantemente com a ordem, de um e-mail com as características da operação e decisão de rateio já nominal aos fundos, de forma que não reste dúvida, desde o momento da emissão, do beneficiário final da operação e em qual proporção.
- 3) Tal procedimento, além de garantir o tratamento equitativo entre as carteiras sob gestão e, por outro lado, respeitar as características individuais de cada mandato, permite a comprovação e verificação das ordens emitidas, por meio dos registros do conteúdo, data e horário nos servidores e arquivos de e-mails tanto dos emissores quanto do receptor, sendo certo que tais informações estarão acessíveis aos responsáveis pelo risco e compliance.
- 4) Todas as ordens de compra e/ou venda de títulos e valores mobiliários e outros ativos disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais devem ser rateadas em um mesmo preço médio ao final do dia, independente da classe e subclasse do ativo.
- 5) A Sociedade levará em consideração os seguintes critérios para a definição da alocação de que trata esta metodologia: (i) patrimônio líquido de cada fundo; (ii) estoque (caixa); (iii) limites de risco; (iv) fator de alavancagem; (v) política de investimento de cada um deles; (vi) necessidade de liquidez; (vii) restrições legais e regulatórias.
- 6) A área de Back Office é responsável por verificar a correta realização do rateio pelas corretoras e conferir os preços praticados. Caso identificada alguma incompatibilidade ou erro, a Equipe de Gestão será alertada e deverá

elaborar um racional com base nos critérios acima definidos e preços praticados para fundamentar a eventual realocação ou manutenção do rateio, evitando maiores prejuízos às carteiras.

7) A fim de evitar eventuais conflitos de interesse nas operações entre carteiras geridas pela Sociedade ou contrapartes do mesmo grupo econômico, a Sociedade não realizará operações com tais características.

Situações Excepcionais:

1) No caso de baixa liquidez dos ativos, de forma evitar o tratamento não equitativo entre as carteiras em função do volume negociado, os administradores dos fundos em questão deverão ser informados das medidas a serem tomadas pela Sociedade para a regularização da alocação, as quais devem ser formalizadas conforme a presente Política.

2) Caso a alocação de acordo com os critérios estabelecidos acima resulte em uma alocação insignificante em relação ao patrimônio líquido do fundo de investimento em questão, o diretor responsável pela gestão da sociedade poderá determinar um novo rateio, desde que seja preservado o tratamento equitativo e mantida a relação de fidúcia para com todos os investidores e demais carteiras com a mesma estratégia.

Manutenção de Arquivos:

Todas as decisões tomadas no âmbito da presente política serão objeto de formalização em conjunto com as respectivas justificativas, quando aplicáveis, e arquivadas na sede da Sociedade pelo período mínimo de 5 (cinco) anos.